



## Trabalhadores da CONAB/MA aprovam proposta de ACT 2024/2025

O Sindsep realizou na manhã de hoje, 28, uma Assembleia Geral Extraordinária na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB-MA), onde debateu-se e deliberou-se sobre a pauta, que trouxe em seus pontos principais: Construção e aprovação da Pauta de Reivindicações para ser apresentada à Conab para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho/ACT- 2024/2025; Eleição de representantes dos empregados da CONAB para participarem da Plenária

Nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (FENADSEF); legitimação da Fenadsef como representante legal dos empregados da categoria; autorização para dissídio coletivo; dentre outros pontos.

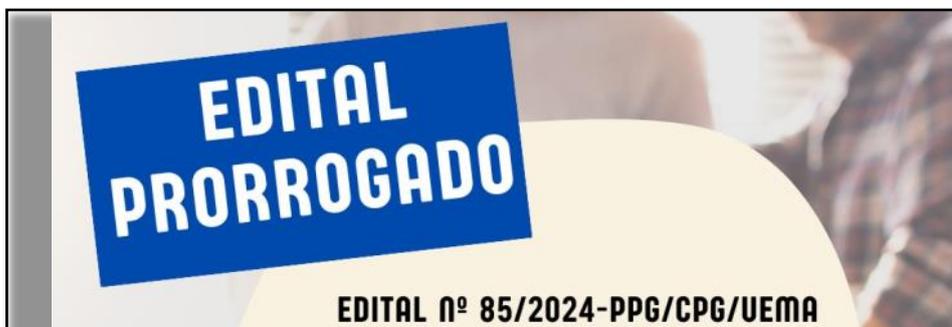
Durante a assembleia o ACT 2024/2025 foi aceito por ampla maioria, e o próximo passo da categoria é a participação na Plenária Nacional da Fenadsef, que irá eleger Comissão Nacional de Negociação para discutir ACT –

2024/2025. Os trabalhadores da CONAB elegeram para a Plenária Nacional, Thiago Teixeira Lopes, e na suplência ficou Gonçalo Ximenes Sousa.

Ainda na CONAB foi realizada uma outra assembleia, que teve como finalidade eleger delegados para o XI CONSEF.

A categoria elegeu José Alberto Rodrigues Melo para ser delegado do XI CONSEF, e para sua suplência foi eleito Cláudio dos Santos.

## PRORROGAÇÃO: inscrições para o Curso de Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho



A Universidade Estadual do Maranhão (Uema), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), prorrogou as inscrições para a seleção de candidatos ao Curso de Especialização em Engenharia de Segurança no Traba-

lho, até o dia 24 de junho de 2024.

O Edital é direcionado para profissionais graduados em Engenharias e Arquitetura.

Os interessados, ao efetuarem suas inscrições, devem preencher e enviar o formulário de inscri-

ção online disponível no endereço eletrônico [sis.sig.uema.br/sigaa/public](http://sis.sig.uema.br/sigaa/public), no Menu “Processos Seletivos – Lato sensu”.

As aulas, com previsão de início no dia 24 de julho, acontecerão às quartas-feiras, das 18h às 22h; aos sábados, das 8h às 12h e das 14h às 18h, na sala do Auditório 1 do Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), Campus Paulo VI da Uema.

Mais informações pelo e-mail: [uemaceest@gmail.com](mailto:uemaceest@gmail.com) ou pelo telefone (98) 99933-6217.

Fonte: UEMA



## Como são calculados os índices de reajuste dos servidores federais? Veja como funciona

O processo de discussão e cálculo dos reajustes salariais para servidores públicos é complexo e envolve múltiplas variáveis, desde inflação e condições fiscais até pleitos específicos de cada categoria. Com a abertura de novas mesas de negociação e a implementação de diretrizes mais rigorosas, o governo federal tenta equilibrar a valorização do funcionalismo com a sustentabilidade financeira. Por isso, as negociações entre União e entidades sindicais pegam fogo, entre propostas e contrapropostas.

Em um cenário onde dezenas de mesas de negociação serão abertas até julho de 2024, entender como os índices são estabelecidos é essencial. O EXTRA conversou com membros do governo e representantes sindicais para entender os critérios que levam à fixação de um percentual a ser oferecido às categorias.

### Por dentro

Os índices de reajuste são calculados com base, principalmente, na inflação acumulada durante o período do governo atual, diz o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), principal responsável pelas tratativas com os sindicalistas. Além disso, os pleitos apresentados pelas entidades sindicais nas Mesas Central, Específicas e Temporárias são levados em conta.

Essas reivindicações refletem as demandas específicas de cada categoria — e estamos falando de centenas, considerando 1,2 milhão de estatutários do país.

O governo também leva em conta as margens orçamentária e fiscal disponíveis, o que significa que os reajustes precisam ser compatíveis com a realidade financeira do país.

### Envolvidos nas negociações explicam metas

O secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, destaca que é preciso um diálogo transparente e amplo nas negociações. Segundo ele, o governo está ciente a respeito das perdas salariais das classes do funcionalismo e estuda meios de reparar os danos econômicos na vida desses trabalhadores.

Ele também ressaltou que as negociações com o funcionalismo público federal estão sendo retomadas, algo que não acontecia em governos anteriores.

— Nosso objetivo ao conduzir as negociações é, por meio de um diálogo amplo e transparente, buscando soluções para reestruturar as carreiras e levar ganho real aos servidores. Sabemos que todos sofreram com a ausência de reajustes e com os efeitos da crise econômica nos últimos anos, mas este processo precisa ocorrer com responsabilidade no trato das contas públicas, — afirmou Feijóo.

Representantes sindicais também contribuem com suas perspectivas. Segundo Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), os critérios usados para formular propostas de reajuste incluem a atualização das perdas inflacionárias de 2017 até o início de 2024, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e descontando o reajuste emergencial de 9% pago em 2023:

— As Mesas Específicas e Temporárias focam nas pautas remuneratórias das categorias. A Mesa Nacional trata de temas de interesse geral, como correção dos benefícios.

De acordo com Marques, os principais argumentos ou resistên-

cias apresentados pelo governo durante as negociações são relacionados às restrições orçamentárias e à necessidade de responsabilidade fiscal.

— Em muitos casos, o governo oferece percentuais que não agradam a todas as categorias, levando algumas a se mobilizarem através de operações-padrão, paralisações esporádicas ou greves por tempo indeterminado, com o objetivo de sensibilizar o governo e elevar os percentuais ofertados — salienta.

### Mesas

A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) aborda questões de interesse geral, como o reajuste linear de 9% concedido em 2023 e os ajustes de 52% nos valores dos benefícios, realizados em 2023 e 2024.

Além disso, até o momento, 37 Mesas Específicas foram instaladas e 12 termos de acordo foram firmados. Categorias prioritárias, como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Agência Nacional de Mineração (ANM), Analista em Tecnologia da Informação (ATI) e Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), foram as primeiras a serem atendidas.

Até julho, a União se comprometeu a completar a instalação dos grupos restantes, "visando a uma negociação justa e abrangente para todos os servidores". O cronograma de instalação das Mesas Específicas é elaborado, buscando mesclar categorias com diferentes condições de inserção no serviço público, o que assegura que todas as necessidades sejam abordadas de maneira equilibrada.

Matéria completa em nosso site: [www.sindsep.org.br](http://www.sindsep.org.br)